

A dupla face dos acordos setoriais

(Editorial)

O governo pretende reativar a atuação das câmaras setoriais, especialmente na transição do cruzeiro real para o real, a fim de neutralizar os efeitos meramente estatísticos do resíduo inflacionário. Os acordos obtidos por intermédio desses órgãos foram importantes, devendo-se muito do seu êxito à habilidade da ex-secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck. Convém, entretanto, levar em conta que não se poderão encontrar todas as soluções através dessas instituições; dependendo do setor, podem transformar-se em instrumento prejudicial aos consumidores.

Costuma-se apresentar como exemplo a Câmara da indústria automobilística que, de certo modo, permitiu o estabelecimento de um pacto social que assegurou aos operários estabilidade de emprego e, aos produtores, redução dos custos, em parte transferidos aos consumidores. Tratou-se, certamente, de um grande avanço, em que todos ganharam. Essa experiência mereceria, aliás, ser estendida a outros setores. Cabe, todavia, notar que se tratava de um ramo em que se podia chegar facilmente a uma solução.

De fato, em razão de preços excessivamente elevados, havia uma demanda reprimida que pôde ser atendida tão logo se reduziu a carga tributária. Na certeza de obter um aumento da demanda, as montadoras puderam comprometer-se a manter a estabilidade do emprego o que, na realidade, se transformou num ganho excepcional de produtividade, por ter a mesma mão-de-obra produzindo 30% mais.

No entanto, tal acordo revelou algumas das falhas das Câmaras: às vésperas da realização de uma reforma monetária que deve assegurar a estabilidade dos preços, a indústria está solicitando um aumento deles para compensar os reajustes salariais que concedeu aos seus empregados. Efetivamente, numa Câmara Setorial com essa em que, ao lado de empresas que assumem posição oligopolística, atua um sindicato forte, é fácil obter uma união lesiva aos consumidores.

As Câmaras Setoriais podem ser instrumentos de corporativismo lesivo aos consumidores

Poderia imaginar-se que um reajuste salarial tão generoso para um sindicato que reúne a elite operária e em que um aumento tende a afastar uma ameaça de greve – que não interessa às montadoras – seria absorvido pelos ganhos de produtividade conseguidos. Não é esse, entretanto, o caso: agora, cabe aos consumidores pagar conta do pacto social do setor. Há que ponderar que a indústria automobilística constitui um modelo para

os outros setores que não logram os mesmos ganhos de produtividade nem o mesmo fortalecimento da demanda. Tem-se, assim, um foco de inflação perigoso no momento que se implanta o real. As Câmaras Setoriais podem ser realmente, instrumentos muito úteis, mas devem ver no consumidor um objetivo final, o que implica renúncia a uma visão estreita, com ares de certo corporativismo.